



10º Encontro Internacional de Política Social 17º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Democracia, participação popular e novas resistências
Vitória (ES, Brasil), 27 a 29 de agosto de 2024

Eixo: Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

Da formação à ruptura: a trajetória do Serviço Social Brasileiro

Flávia Saragiotto Magalhães do Valle¹

Resumo: O Serviço Social foi introduzido no Brasil na década de 1930 para lidar com a classe trabalhadora da nascente indústria nacional. Passou por diversas transformações internas: perpassou o viés religioso, diálogo com o Estado autoritário brasileiro e suas pretensões de manutenção da ordem, até romper profissionalmente com o conservadorismo e vir à luz um projeto amplo à serviço da população em meio aos anos de chumbo no Brasil.

Palavras chave: Serviço Social; Renovação Crítica; Ruptura.

From formation to rupture: the trajectory of Brazilian Social Service

Abstract: Social Service was introduced in Brazil in the 1930s to deal with the working class of the growing national industry. It has passed for many internal transformations: it passed through the religious bias, the dialogue with authoritarian Brazilian State and its order maintenance pretensions, until it professionally break with conservatism and light up an ample project at service of the population in the middle of the leaden years in Brazil.

Key-words: Social Service; Critic Renovation; Rupture.

Introdução

Para compreendermos a renovação crítica do Serviço Social brasileiro é central primeiramente recorrermos à historicidade e assimilar às origens da profissão. A profissionalização do Serviço Social tem como marco inicial o desenvolvimento e aperfeiçoamento do capitalismo na Europa no século XIX, conhecido como *capitalismo monopolista*.

O capitalismo monopolista foi a reestruturação do modelo econômico em resposta a uma crise do capital entre 1873-1896, que teve como objetivo retomar os níveis de acumulação anteriores. Se concentra em três pilares: a) a fusão de grandes grupos econômicos até então concorrentes, tendo monopólios sob o mercado; b) aumento da financeirização do capital; c) captura dos fundos públicos para empresas privadas, redefinindo o papel dos estados (Silva, 2019). Os lucros gerados nesse sistema se acumularam em poucas mãos, o que gerou uma intensa desigualdade social. Os proletários que geraram uma riqueza nunca antes vista eram os mesmos que viviam em condições insalubres e de extrema pobreza. Este novo modelo capitalista aumentou o número de trabalhadores (as) acrescidos ao exército industrial de reserva, o que aumentou

¹ Mestranda em Serviço Social pela Unesp-Franca. Assistente Social pela Unesp-Franca. Membro do Grupo de Estudos Marxistas (GPEM). Bacharela em História pela FFLCH-USP. Licenciada em História pela FE-USP. Contato: flavia.valle@unesp.br

o desemprego e a insatisfação da classe trabalhadora. A questão social² latente na sociedade europeia do século XIX ocasionou uma onda de manifestações populares que exigiam condições dignas de trabalho e vida.

Tais movimentos sociais se intensificaram a tal ponto que poderiam abalar as estruturas sociais da burguesia como classe dominante na ordem social vigente. Como somente o uso da força como prática coercitiva não foi capaz de conter a população, a burguesia precisou ceder e convocar o Estado como intermediador para assegurar alguns direitos aos (as) trabalhadores (as) e diminuir seus descontentamentos e, conseqüentemente, suas lutas. Ou seja, a sociedade burguesa transfere ao Estado o papel de preservação e controle contínuos da força de trabalho, com a finalidade de garantir os lucros da burguesia e sua manutenção no topo da sociedade.

É nesse contexto que surge o antagonismo inerente à criação do Serviço Social como profissão: ao mesmo tempo em que as políticas públicas foram fruto da luta legítima dos (das) trabalhadores (as) pela melhoria de suas condições, foi também o artifício utilizado pelo Estado burguês para atenuar os descontentamentos dos proletários e manter a dominação burguesa na sociedade. Para a operacionalização das políticas públicas nascentes, foi necessário um (a) profissional responsável por essa função na divisão social e técnica do trabalho, como especialização do trabalho coletivo: o (a) assistente social.

Desenvolvimento

Se a classe trabalhadora europeia estava nesse nível de precariedade, imagine nas regiões periféricas do capitalismo, como a América Latina. No período histórico contemporâneo as lutas de trabalhadores na Europa em busca de condições dignas de vida e trabalho, a realidade do Brasil era a seguinte: um país agrário exportador, com uma população predominantemente rural, sua classe trabalhadora formada por ex-escravizados recém libertos (que nunca foram reparados) e migrantes europeus e forte dependência externa. No início do século XX, era evidente a necessidade tardia dos assistentes sociais em território latino americano. A Igreja Católica, muito presente na região, notou a oportunidade de perdurar sua hegemonia na sociedade, estabelecendo-se como formadora desses (dessas) profissionais.

² Para Yamamoto (1998) a questão social compreende em: o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (Yamamoto, 1998, p.27)

No Brasil, a formação de profissionais do Serviço Social iniciou-se na década de 1930 com influência Católica. Em 1936 foi fundada a Escola de Serviço Social de São Paulo com orientação franco-belga. A formação dos (das) profissionais era influenciada por teorias europeias e inicialmente possuía duração de dois anos. O viés era basicamente caritativo e moralizante com uma grade curricular conservadora e religiosa, constando as matérias de: Serviço Social, Sociologia, Psicologia, Higiene, Anatomia, Estatística, Enfermagem e Higiene Industrial. Importante ressaltar que apenas uma parcela muito restrita da população brasileira tinha acesso ao estudo, ainda mais à nível superior. O curso de Serviço Social era particularmente elitizado, e nas primeiras décadas da profissão predominou no Brasil assistentes sociais vindas da elite local, brancas e majoritariamente mulheres. A profissão possuía a visão delas, logo questões como desigualdade social, racismo e privilégios eram temas muito distantes de sua realidade e aporte profissional.

O enfrentamento da questão social no Brasil se articulou sob a esfera Estatal e foi muito presente no governo de Getúlio Vargas. Sua administração se caracterizou como centralizadora, sensível e cooptadora das demandas da classe operária da época, absolutamente sustentado na política de conciliação de classes, onde buscou-se o enfrentamento da questão social. Em 1935 foi criado o Departamento de Assistência Social do Estado de São Paulo, que possuía como objetivos, “a estruturação dos Serviços Sociais de Menores, Desvalidos, Trabalhadores e Egressos de Reformatórios, Penitenciárias e Hospitais e da Consultoria Jurídica do Serviço Social” (Iamamoto, 2006, p. 174). A criação destas e outras instituições semelhantes no período foi consequência da crescente industrialização brasileira que se iniciou a partir do governo varguista, na década de 1930. A partir de então, o Brasil passou a ter uma massa crescente de operários urbanos, da qual era importante manter o controle social e político. Andrade nos mostra o papel destinado aos (as) assistentes sociais até a década de 1940:

Até então, o Serviço Social tinha por finalidade um projeto de recristianização da sociedade, orientado pela doutrina social da Igreja essencialmente anti-capitalista e anti-liberal. O caráter missionário da intervenção privilegiava a dimensão restauradora dos bons costumes e da moral, abalados no nível das relações sociais. (Andrade, 2008, p 271)

Com o amadurecimento profissional a partir de finais da década de 1940, o suporte teórico passou a ter cada vez maior relevância na formação profissional dos (das) assistentes sociais no Brasil, o que permitiu que a profissão visasse em direção ao seu aperfeiçoamento. Contudo, este processo, apesar de modernizante, mantinha ainda um nítido perfil conservador. Segundo José Paulo Netto, a partir da década de 1950 a profissionalização do Serviço Social no Brasil passa por uma laicização. Justamente pela

alta demanda destes profissionais no mercado de trabalho, outras instituições não ligadas a Igreja Católica passam a abrir cursos de Serviço Social. O campo de atuação dos (das) assistentes sociais era cada vez mais amplo e esses profissionais estavam interessados no aprimoramento de seu instrumental operacional, traçando os seus procedimentos metodológicos e técnicos para suas intervenções. Logo, a homogeneidade profissional existente até então passou por transformações.

O amadurecimento profissional e os crescentes debates sobre as teorias e atuação no Serviço Social não ocorria somente no Brasil. Entre os anos de 1965-1975, a América Latina viveu o Movimento de Reconceituação do Serviço Social. O contexto de expansão de seu campo profissional e da industrialização na região foi pertinente para que os (as) profissionais de Serviço Social questionassem suas bases teórico-metodológicas e suas intervenções e práticas profissionais que guiavam a profissão até então.

Enquanto os (as) assistentes sociais buscavam melhorias em suas atuações profissionais, o campo político do Brasil se agitava. João Goulart se tornou presidente do Brasil em 1961, período que emerge um amplo descontentamento da ordem e da dependência brasileira ao capital externo vindo dos mais diversos setores sociais, tais como: classes trabalhadoras rurais e urbanas, intelectuais, pequenos burgueses, parcelas progressistas da Igreja Católica e Forças Armadas (Silva, 2013). Seus descontentamentos não eram alinhados a uma postura socialista ou comunista, e sim em direção a um processo contínuo de reformas democráticas internas, opostas ao imperialismo norte americano na região e favorável a um desenvolvimento nacional com maior distribuição da riqueza internamente.

Em meio ao cenário de efervescência política, entre discursos sobre reformas de base, insatisfação popular, dependência externa, imperialismo e um suposto medo do “fantasma do socialismo” pelas elites — não somente locais, mas do capital em si — e militares, no dia 1 de abril de 1964 foi dado o golpe cívico militar no Brasil, apoiado pelos Estados Unidos. A alegação dada à população de um “golpe preventivo” não possuía nenhum fundamento. Os Estados Unidos optaram pelo golpe de Estado para manter sua hegemonia na América Latina, no contexto de mundo polarizado entre EUA e URSS, intensificado na região pela Revolução Cubana de 1959.

Netto destaca as consequências do golpe de 1964:

Seu significado imediatamente político e econômico foi óbvio: expressou a derrota das forças democráticas, nacionais e populares; todavia, o seu significado histórico social era de maior fôlego: o que o golpe derrotou foi uma alternativa de desenvolvimento econômico-social e político que era virtualmente a reversão do já mencionado fio condutor da formação social

brasileira. O que os estrategistas (nativos ou não) de 1964 obtiveram foi uma postergação de uma inflexão política que poderia - ainda que sem lesionar de imediato os fundamentos da propriedade e do mercado capitalistas - romper com a heteronomia econômica do país e com a exclusão política da massa do povo. (Netto, 2015, p 41-42)

As reverberações do golpe de 1964 logo foram sentidas. No âmbito do Serviço Social, enquanto nos demais países latino-americanos se discutiam a profissão de maneira progressista e democrática, no contexto do Movimento de Reconceituação Latino-Americano, no Brasil as conferências possuíam o cunho conservador, indo em direção ao que o governo autoritário propunha para a economia brasileira. Foi delegado ao Serviço Social funções essenciais na sociedade, criando condições para que a população se integrasse ao processo de desenvolvimento industrial dependente dos países centrais requerida pelo governo golpista. Havia a necessidade da integração social e a identificação de “situações problemas” para cumprir o objetivo proposto.

O Movimento de Reconceituação Latino-Americano se radicalizou nos demais países já em finais dos anos 1960. Contudo, poucos anos depois toda a região foi tomada por golpes de Estado apoiados pelos Estados Unidos. Em 1973 no Uruguai e no Chile e em 1976 na Argentina. Viria a seguir décadas de ditadura, repressão de movimentos sociais, torturas, desaparecimentos e dependência do capital externo. Evidentemente, o Movimento de Reconceituação do Serviço Social nesses países também foram afetados por seus governos autoritários.

Os encontros do Serviço Social para debater a profissão continuavam ocorrendo no Brasil com regularidade inclusive após a instauração da ditadura no país. Naturalmente, as perspectivas adotadas iam em direção à política e economia requeridas pelo regime autoritário do período. O Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social (CBCISS) organizou seminários durante a década de 1960 e 1970 para discutir suas teorias e metodologias para aprimorar seus (suas) profissionais. Os documentos gerados nos encontros, nos Seminários de Teorização do Serviço Social de Araxá em 1967 e de Teresópolis em 1970, consolidaram a primeira vertente brasileira, que estava inserida no Movimento de Reconceituação Latino-Americano da profissão, conhecida como Perspectiva Modernizadora no Serviço Social brasileiro.

O primeiro desses importantes encontros ocorreu entre os dias 19 e 26 de março de 1967 em Araxá, Minas Gerais. A temática adotada foi “A Metodologia do Serviço Social”. Houve a presença de 38 assistentes sociais pelo Comitê Brasileiro Internacional de Serviço Social (CBCISS). O objetivo central das discussões foi compreender e analisar

a atuação microssocial do (da) assistente social ao lidar com indivíduos cujas bases familiares e sociais eram consideradas “desajustadas”.

Os (as) assistentes sociais escreveram um documento conjunto na finalização deste encontro. Nota-se que os profissionais exploravam a análise e síntese dos seus componentes universais, dos seus elementos de especificidade e de sua adequação ao contexto econômico-social da realidade brasileira (CBCISS, 1986). Ao ler o documento é visível seu caráter conservador. O (a) assistente social se unia ao Estado diante da questão social, assim como operava diretamente com a classe trabalhadora para seu ajustamento social. Entre os objetivos remotos do Serviço Social se encontram a valorização e melhoria das condições da população compatíveis com a dignidade humana tendo como parâmetro a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, o que mostrava um esforço no embasamento teórico e aproximação com discussões contemporâneas no período pós Segunda Guerra Mundial³. Está evidente que o objetivo da profissão era criar condições necessárias para efetivar a participação consciente dos indivíduos, grupos e comunidades, promovendo sua integração nas condições decorrentes de mudança, ou provocando as mudanças necessárias para tal (CBCISS, 1986).

O Encontro de Araxá foi considerado um sucesso e gerou grande repercussão pelo Brasil e América Latina. O interesse foi tamanho que organizaram um próximo encontro para prosseguir os debates sobre as mesmas questões como uma espécie de continuação aos estudos iniciados em Araxá. Este segundo encontro sucedeu em janeiro de 1970, na cidade de Teresópolis, no Rio de Janeiro, com o título “A Teoria Metodológica do Serviço Social” e não foi tão bem sucedido como seu predecessor. A organização do Seminário de Teresópolis foi diferente: os participantes foram divididos em dois seminários distintos: o primeiro debruçado à apresentação e discussão dos documentos e o segundo com dois grupos que estudaram um roteiro sobre a Metodologia do Serviço Social. As opiniões e posições dos participantes sobre os relatórios A e B são bastante divergentes (CBCISS, 1986) e careciam de maior discussão. Após o Seminário de Teresópolis houve sete encontros regionais nas cidades de Campos, São Paulo, Natal, Salvador, Belém e Florianópolis para rediscutir a temática, totalizando 956 assistentes sociais.

Nestes encontros regionais, o CBCISS organizou cadernos didáticos para analisar o relatório do grupo feito em Teresópolis, com quadros para listar os fenômenos, variáveis

³ Ao detalhar os objetivos e as funções Serviço Social (CBCISS, 1986, p. 27 e 28), essencialmente comprometidos com a integração social de indivíduos, grupos e comunidades, o documento de Araxá retoma e se propõe a atualizar, na sua proposta metodológica, os postulados tomistas: dignidade da pessoa humana, sociabilidade da pessoa humana e perfectibilidade da pessoa humana (CBCISS, 1986, p. 30).

dos fenômenos e demais itens que os participantes julgassem necessários. Notando as dificuldades entre os presentes na análise dos relatórios dos grupos A e B, o CBCISS "procedeu a uma análise das respostas e discussões dos Encontros Regionais e publicou como Introdução aos Relatórios dos Encontros Regionais um documento sobre Funções do Serviço Social" (CBCISS, 1986, p 116). Os presentes criticaram a organização do Seminário e seus desdobramentos. A principal crítica foi em relação ao problema do objeto do Serviço Social. Segundo os presentes, o foco deveria estar centrado no objeto do Serviço Social antes de partir para sua metodologia (CBCISS, 1986).

Os encontros regionais foram muito aquém do planejado. Segundo o CBCISS, eles não contribuíram com os estudos do Seminário de Teresópolis e não deram respostas aos questionamentos iniciados em Araxá. Em Teresópolis, apenas se reafirma o que já era aceito e repete-se os mesmos questionamentos, com um discurso um pouco diferente. Contudo, o Documento de Teresópolis e seus anexos foram amplamente utilizados nos cursos de graduação e pós-graduação recém-abertos pelo Brasil, onde a temática de integração passou a fazer parte dos estudos metodológicos dos (das) assistentes sociais. Apesar do pouco impacto na profissão, foi a partir do encontro de Teresópolis que surgiu a introdução de novos termos na profissão, exposições feitas em um caráter mais formal e o uso de terminologia mais científica do que filosófica (CBCISS, 1986).

Importante notar as teorias do positivismo e funcionalismo nos documentos de Araxá e Teresópolis. A metodologia utilizada em suas intervenções era o estudo de caso, grupo e comunidade, que visava mudar o comportamento do indivíduo. O "cliente" era visto como um componente social em que deveria ser trabalhado pelo (pela) assistente social, com a finalidade de ajustá-lo à sociedade e fazer com que cumprisse seu papel de trabalhador no sistema capitalista. Essa teoria não era nada inovadora, tendo sido bastante utilizada nos primórdios do Serviço Social e sistematizada pela norte-americana Mary Richmond no início do século XX. Não havia vínculo com nenhum tipo de movimento social e alguns estudiosos veem essa corrente como uma resposta conservadora brasileira ao Movimento de Reconceituação Latino-Americano, que se particulariza por discutir criticamente o sistema capitalista.

A segunda vertente brasileira que buscava o aperfeiçoamento profissional, inserida no Movimento de Reconceituação Latino-Americano, é conhecida, por meio dos estudos de José Paulo Netto (2015), como "Reatualização do Conservadorismo". Foi fundamentada pelos documentos de Sumaré e Alto da Boa Vista, novamente escritos a partir de dois encontros profissionais para dialogar com a profissão. O primeiro

documento foi assentado a partir do encontro entre os dias 20 a 24 de novembro de 1978 no Centro de Estudos do Sumaré, no Rio de Janeiro. A convite do CBCISS, 25 assistentes sociais se reuniram com o intuito de retomar o documento de Araxá e possibilitar novos questionamentos teóricos que se iniciaram com ele, há 11 anos. (CBCISS, 1986).

Houve um preparatório anos antes para este Encontro, onde se verificou a opinião de vários (as) assistentes sociais em outubro de 1976 a partir de uma pesquisa feita no II Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em Recife. Outro preparativo foi feito em agosto de 1977, com ofícios enviados a 276 assistentes sociais para que sugerissem sobre a retomada do Documento de Araxá, a fim de estudá-lo e reformá-lo (CBCISS, 1986). As respostas possíveis eram a não alteração do Documento de Araxá ou o questionamento de alguns de seus elementos, já que haviam se passado uma década de mudanças sociais e profissionais. Durante as conferências foi demonstrado que não possuíam intenção de chegarem a conclusões concretas sobre as temáticas, e sim contribuir para o processo de aprendizagem dos presentes (CBCISS, 1986). Os conferencistas chegaram ao consenso de que o Serviço Social não havia alcançado o nível de ciência, e sim de uma disciplina profissional que sistematiza conhecimentos das ciências humanas e uma metodologia de ação, dotado de um constante aperfeiçoamento teórico para embasar suas ações profissionais (CBCISS, 1986).

O encontro que gerou o segundo documento foi o VI Seminário de Teorização de Serviço Social, realizado entre os dias 5 a 9 de novembro de 1984 em Alto da Boa Vista, no Rio de Janeiro. O objetivo do encontro foi uma aproximação entre a prática profissional do período com a proposta apresentada nos documentos de Araxá, Teresópolis e Sumaré. Para esse objetivo, foram elaborados estudos e palestras para a compreensão do contexto histórico e político em que foram desenvolvidos (CBCISS, 1988). O documento gerado no encontro comenta sobre a fração mais crítica do Serviço Social, a qual promove uma ruptura profissional e iremos aprofundar adiante. Segundo este, não é suficiente que os segmentos do Serviço Social assumam a responsabilidade de se comprometer com as classes dos trabalhadores pauperizados, pois:

É preciso também se redefinir a relação com estas classes através da consulta as mesmas sobre problemas que devem se constituir prioritariamente em objetos de investigação e intervenção, da socialização dos resultados das pesquisas, da realização de projetos de extensão e outras iniciativas que atendam aos seus interesses gerais. (CBCISS, 1988)

Neste período histórico a redemocratização do Brasil já era muito mais do que uma miragem. Era evidente que a ditadura cívico militar estava ruindo e respirando por aparelhos. O modelo proposto que reatualizava o conservadorismo era uma forma de

apontar moldes renovadores ao mesmo tempo em que dialogava com sua herança profissional do Serviço Social ligado ao conservadorismo e à religião. Ia muito mais em direção ao passado de classe trabalhadora cerceada do que ao futuro do Brasil como país democrático e com sua população emancipada.

A inspiração teórica desta vertente profissional, condensada nos documentos de Sumaré e Alto da Boa Vista, tem viés fenomenológico e utiliza fragmentos teóricos que dialogam com autores como Heidegger e Husserl. Sua principal representante é a professora e assistente social Anna Augusta Almeida. Sua base teórica se aproxima de um personalismo de base psicossocial, onde o diálogo é o principal instrumento na relação com a pessoa e o que se entende por “transformação social”. Os profissionais de Serviço Social viam nesta teoria mais do que embasamento científico, e sim uma espécie de “bondade” do (da) profissional, com uma posição respeitosa ao “cliente”, onde a pergunta principal a ser feita era “como você se sente com isso?”. A leitura era feita de forma pessoal e individualizante, não estrutural, ou seja, ainda era a mesma visão conservadora de mudar o indivíduo para que ele se adequasse à sociedade do capital.

Observa-se que essas duas vertentes conservadoras do Movimento de Reconceituação Latino-Americano, com teorias de cunho positivistas e fenomenológicos, são funcionais ao Estado autoritário do período. O indivíduo era visto como um problema e deveria ser ajustado pelo (pela) assistente social para posteriormente ser reinserido no modo de produção capitalista. Era o momento em que o Brasil implementou seu projeto de desenvolvimentismo econômico. Para sua efetivação, era necessária uma grande quantidade de trabalhadores (as) que cumprissem seu papel social na ordem do capital e ao mesmo tempo fossem constantemente vigiados como trabalhadores (as) e cidadãos que não gerassem problemas à sociedade capitalista. O (a) assistente social era o braço do Estado para a manutenção da ordem social. Sendo assim, nas duas vertentes da renovação da profissão no Brasil, no período do Movimento de Reconceituação Latino-Americano, a profissão manteve e reatualizou o conservadorismo.

A terceira vertente quebra paradigmas das anteriores. Trata-se da fração brasileira mais crítica do Serviço Social, inserida na tradição do Movimento de Reconceituação Latino-Americano, gestada e experimentada no início dos anos 1970. Sua terminologia foi cunhada por José Paulo Netto como “Intenção de Ruptura”. Tal vertente trouxe à tona uma grande mudança na perspectiva e metodologia do Serviço Social brasileiro. Seus reflexos são sentidos até hoje na profissão e trouxeram suporte teórico e metodológico

inicial que embasa o atual Projeto Ético-Político Profissional e o Código de Ética do Serviço Social,

Apesar de ter sido formulado e vivenciado anteriormente a vertente da Reatualização do Conservadorismo, só pôde ser divulgada no final dos anos 1970 devido à grande repressão de seu momento histórico, nos anos de chumbo da ditadura cívico-militar brasileira. O conhecido como “Método de Belo Horizonte” ou “Método de BH”, é o que sintetiza esse movimento. Não é um método com tópicos delineados e muito menos uma cartilha, e sim uma experiência formulada e vivenciada pela Escola de Serviço Social da então Universidade Católica de Minas Gerais (ESS-UCMG), na cidade de Belo Horizonte (Valle, 2022).

As docentes Leila Lima Santos e Ana Maria Quiroga estavam na liderança desse projeto da ESS-UCMG. Elas assumiram a direção da Escola em 1969, mudaram a grade curricular do curso e direcionaram seu projeto de formação e exercício profissional com o intuito de romper com o tradicionalismo no Serviço Social em suas implicações teórico-metodológicas e práticas (Batistoni, 2017, p.142). Essa nova metodologia era inédita e ia em direção oposta às outras duas vertentes conservadoras brasileiras.

Os (as) profissionais eram influenciados pelas teorias de Paulo Freire — temido pelos conservadores até hoje — e unidos ao Movimento de Educação de Base. Exerciam a educação popular no ambiente rural com o objetivo de desenvolver as comunidades. Seu corpo docente era composto por uma equipe multiprofissional de áreas correlatas ao Serviço Social, como Sociologia, História, Filosofia, e Ciências Políticas. Os estudos das ciências sociais eram realizados de maneira muito mais aprofundada, com interpretações críticas ao capitalismo dependente do Brasil e América Latina. Analisavam até mesmo o significado do Golpe Militar brasileiro recente, dado em 1964, e suas consequências ao país (Valle, 2022). Segundo Batistoni (2017):

A proposta alternativa formulada pela equipe docente da ESS/UCMG efetivou-se tanto no âmbito da elaboração teórica, da reestruturação curricular da formação, quanto da experimentação via projetos de extensão e campos de estágio. Esses são demonstrativos das suas preocupações teórico-práticas, operacionalizando com consistência, rigor, inteligência e coragem mecanismos institucionais da universidade e determinados espaços do exercício profissional. (Batistoni, 2017, p. 142)

Havia intensa articulação do ensino teórico-prático à pesquisa, à docência e à prática, operacionalizada nas "unidades de ensino e aprendizagem" (UAs). As UAs eram organizadas nos projetos semestrais de aprendizagem (PSAs). que se vinculavam ao "contato com a realidade", realizados por meio de programas de investigação e estudo, pesquisa e ação profissional realizados semestralmente durante oito semestres,

simultaneamente às demais disciplinas do curso. (BATISTONI, 2017, p. 143). As "equipes de prática" se associavam às problemáticas de investigação de intervenção profissional. Baseavam-se em uma orientação multidisciplinar das matérias citadas acima, com a finalidade de ampliar os horizontes da formação teórica e exercício profissional dos estudantes. Havia forte presença das extensões universitárias feitas nos campos de estágio, em locais do poder público como prefeituras e Legião Brasileira de Assistência (LBA). Sendo assim, gerava orientações profissionais para instituições já consolidadas na sociedade (Valle, 2022).

O projeto criticava a evidente neutralidade da formação e trabalho profissional dos (das) assistentes sociais, inclusive da própria ESS-UCMG antes da mudança curricular, que exerciam um papel conservador no em suas atribuições profissionais, voltadas para a defesa de interesses do Estado e da elite. Tal crítica é feita acerca das metodologias utilizadas no Serviço Social importadas de outros países e replicadas aqui, pois não dialogam com a realidade brasileira e latino-americana. É de suma importância no Método de BH a utilização de uma teoria própria de autores (as) brasileiros (as) e latino-americanos (as) que analisam o capitalismo dependente de suas regiões e seus desdobramentos sociais. A base metodológica é dialética se inspira na visão marxiana, de forma que a população atendida pelos (pelas) assistentes sociais não seja vista de maneira individual, mas sim como indivíduos sociais inseridos na classe trabalhadora e explorada de um país de capitalismo dependente.

O Método de BH é totalmente contrário a visão de que o objetivo profissional do (da) assistente social seja ajustar os sujeitos à sociedade capitalista, guiados por teorias de cunho funcionalista. Isto é, a crítica é direcionada ao Serviço Social Tradicional e à vertente da Perspectiva Modernizadora, traduzidas nos documentos de Araxá e Teresópolis que atualizavam o conservadorismo na profissão. Não é feita uma crítica a vertente condensada pelos documentos de Sumaré e Alto da Boa Vista, pois foram posteriores a ela. A nova metodologia formada pela ESS-UCMG deixa de compreender a pobreza como um problema pontual de indivíduos desajustados que devem modificar suas condutas para alcançar condições dignas de vida. Tais indivíduos são reconhecidos como resultado de uma sociedade desigual que cria riquezas necessariamente a custo da pobreza. A pessoa não deveria se ajustar para a sociedade, e sim a sociedade deveria mudar para que toda a população usufrísse ao que lhes é de direito. Ou seja, o Serviço Social passa por uma virada de posicionamento ideológico: passa a trabalhar *com e para* a classe trabalhadora. A partir de então, a base de atuação do Serviço Social passa a ser a

capacitação, organização e transformação social com ênfase no coletivo (Santos, 1983, p. 42-44). Detém uma forte dimensão política: contra a ditadura, a favor da redemocratização do Brasil, formação crítica, militância e forte interlocução aos movimentos sociais. Devido ao viés questionador do sistema vigente, que torturava e matava seus oponentes, o Método de BH só pôde ser divulgado no final dos anos 1970, período em que se intensificaram movimentos civis que reivindicavam o fim da ditadura cívico militar no Brasil.

O Método de Belo Horizonte possui referências teóricas próprias e ecléticas. Entre os principais autores temos Paulo Freire, o jesuíta Henrique C. de Lima Vaz, o marxismo trazido por Althusser e autoras Althusserianas latinas como a chilena Marta Harnecker e autores de cunho maoísta. Uma crítica recorrente sobre os autores que dão embasamento ao Método de BH é justamente por ser um “marxismo sem Marx” (Quiroga, 1989; Iamamoto, 1998), já que empregam autores que o interpretam, mas não a sua própria obra. É essencial lembrar que a experiência da ESS-UCMG foi elaborada no período ditatorial brasileiro, época em que portar obras de Marx era passível de prisão. Logo, apesar de longe do ideal, basear-se em autores que explicam as teorias marxianas era mais acessível no momento histórico vivido. Contudo, é evidente que se perde o cerne da obra baseando-se em suas interpretações ao invés de em sua originalidade e que isto influencia negativamente no embasamento e prática profissional do Serviço Social. Quiroga diz que o ecletismo teórico do movimento de “invasão às ocultas do positivismo no discurso marxista” (Quiroga, 1989). Apesar de um marco na profissão, as teorias foram utilizadas de maneira superficial e mostram mais o caráter do militantismo do que o de embasamento científico. Para Batistoni (2021), a pluralidade teórica estabeleceu simultaneamente uma tensão teórica com desdobramentos problematizadores.

A experiência da ESS-UCMG terminou abruptamente em 1976, após uma greve de estudantes que resistiam à ditadura e reivindicavam questões acadêmicas. As autoridades nacionais de segurança (que na verdade eram de repressão) requisitaram à Universidade os nomes dos líderes deste movimento. Para preservar os discentes, houve uma renúncia coletiva de mais de trinta professores da ESS-UCMG, que culminou com o fechamento do curso e conseqüentemente o fim do “Método de BH”.

A vertente da Intenção de Ruptura foi amplamente divulgada no Serviço Social quando a experiência da UCMG já havia sido finalizada devido à repressão. Obteve a hegemonia profissional no período de redemocratização do país, com a participação e apoio de entidades do Serviço Social que se revelaram no “Congresso de Virada”,

realizado em 1979 na cidade de São Paulo. Grande parte dos (das) assistentes sociais presentes estavam descontentes pelo evento ter sido organizado pelo conjunto CFAS/CRAS, que hoje é CFESS/CRESS, por estas organizações serem hegemonicamente formadas pelos setores mais conservadores da profissão. As manifestações contrárias dos congressistas perante a comissão organizadora resultaram na “destituição da comissão de honra, sendo que no encerramento foram convidados representantes dos movimentos sociais combativos como referência de lutas” (Abramides, 2017, p.186). Esse movimento deixou evidente o rompimento e a desvinculação da profissão com projetos conservadores.

Desde então, o Serviço Social passou por sua “virada” profissional. Aliou-se às lutas sociais e indicou que o projeto profissional dos (das) assistentes sociais seria pautado pelo pensamento crítico marxista. O viés conservador e tecnicista requerido pela ditadura brasileira e amplamente utilizado finalmente deixou de ser hegemônico. Durante a década de 1980 a ruptura profissional se consolidou academicamente no Brasil. Segundo Bravo (1996), os profissionais ligados à Intenção de Ruptura travaram um intenso combate teórico nas academias pelo Brasil, se contrapondo a pesquisadores das diferentes matrizes teórico-metodológicas. O “Congresso da Virada” tem também um grande significado político que repercutiu na formação e no trabalho profissional do (da) assistente social, que culminou em teorias feitas por seu segmento crítico para embasar as premissas da profissão, como as Diretrizes Curriculares, Projeto Ético-Político do Serviço Social e Código de Ética profissional.

Considerações finais

Em suma, o Serviço Social tem em suas bases o conservadorismo e a contenção da classe trabalhadora. No Brasil, a partir do aprimoramento profissional com o passar das décadas e o adensamento de teorias que dialogam com a sua realidade, a Ruptura profissional fez-se necessária. O Método de Belo Horizonte foi um marco no Serviço Social brasileiro, rompendo com viés tradicional utilizado até então. Através dele e inspirado em seu legado, a profissão passou a produzir conhecimento como área própria inserida nas ciências humanas. Ao compreender o conceito da dialética e de totalidade em Marx, os (as) assistentes sociais no Brasil iniciaram a compreensão da realidade em sua integralidade e mantém como objetivo profissional a garantia de direitos.

O Serviço Social baseou-se nos estudos de autores brasileiros associados à perspectiva crítica para seu aporte profissional. Desde a década de 1980, a profissão rompe com o conservadorismo e se organiza para formularem novas Diretrizes Curriculares e Código de Ética. Feitos a partir de encontros profissionais democráticos, tais pressupostos profissionais estão em voga até hoje e balizam a profissão. Esses delineamentos foram concebidos no contexto da Constituição Cidadã, e infelizmente o neoliberalismo trouxe uma realidade de perda de direitos da classe trabalhadora.

O trabalho profissional tem cada vez mais dificuldade de conceber suas propostas, em contexto de precarização de trabalho não só da população atendida como sua própria. É evidente que as condições objetivamente postas atuais diferem do momento em que as diretrizes da profissão foram formuladas. É certo que a profissão carece de mudanças. Cabe aos profissionais, assim como em BH, propor modificações que incluam pautas como o aprofundamento nas temáticas e direitos dos povos originários, população negra, LGBTQIAPN+, mulheres, pessoas com deficiência e pessoas idosas.

Referências:

ABRAMIDES, M.B.C. **Memória: 80 anos do Serviço Social no Brasil: O III CBAS “O Congresso da Virada” 1979.** Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 128, p. 181-186, jan./abr. de 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/GDPCRVTTVQMwKcB3ywdzjRP/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 17/05/2024.

ANDRADE, M.A.R.A. O metodologismo e o desenvolvimentismo no Serviço Social brasileiro- 1947 a 1961. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, p. 283-316, 2008. Disponível em <<http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/rafaela.ribeiro/servico-social-i-2018.2/servico-social-de-caso-grupo-e-comunidade/view>>. Acesso em 04/05/2024.

BATISTONI, M.R. Aproximações à tradição marxista no projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte: problematizações necessárias. In: IAMAMOTO, M.V; SANTOS, C.M. **A História pelo avesso - a reconceituação do Serviço Social na América Latina e locuções internacionais.** São Paulo: Cortez, 2021. p 71-93.

BATISTONI, M. R. **O movimento de reconceituação no Brasil: o projeto da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1964-1980).** Em pauta. Rio de Janeiro: UERJ, 2017, p 136-150.

CBCISS – Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais. **Teorização do Serviço Social: Documentos Araxá, Teresópolis e Sumaré.** Rio de Janeiro. Agir, 1986.

_____ – Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais. **Teorização do Serviço Social:** Documento do Alto da Boa Vista: Agir, 1988.

_____ – Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais. **Debates Sociais**, Rio de Janeiro, n. 60, ano XXXVII, 2002.

IAMAMOTO, M. V. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 19 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____, M.V. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 1998.

_____, M.V. **80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão.** Serviço Social e Sociedade. São Paulo, 2017. p. 13-38.

NETTO, J.P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____, J.P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64.** 17 ed., São Paulo: Cortez, 2015.

_____, J.P. **Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil.** Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, n. 50. p 87-132. Abril 1996.

QUIROGA, C. **Uma invasão às ocultas: reduções positivistas no marxismo e suas manifestações no ensino de Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1989.

SILVA, M.L.O. **Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências.** São Paulo: Cortez, 2019.

SILVA, J.F.S. O debate crítico do Serviço Social na América Latina: gênese e desenvolvimento no Brasil. In: SOUZA, Edvânia A.; SILVA, Maria Liduína Oliveira. **Trabalho, questão social e Serviço Social: a autofagia do capital.** São Paulo: Cortez, 2019. p 103-124.

VALLE, F.S.M. **A Renovação Crítica do Serviço Social Brasileiro: de BH à Atualidade.** TCC em Serviço Social. UNESP Franca. 60 p.,2022.

YASBEK, M.C. **Cadernos da PUC n.6.** São Paulo: EDUC/Cortez editora, 1980.